

Exmo. Senhor
Director-Geral do Ensino Superior
Av. 5 de Outubro, 107
L I S B O A

RT-116/76

5161

28. JUL. 1976

Pelo despacho nº 497, de 5.12.75, o Senhor Ministro da Educação e Investigação Científica determinou que a implantação dos cursos de Tecnologia da Universidade do Minho fosse feita no Concelho de Guimarães, fixou as directivas a que deveria obedecer a execução dessa decisão e definiu a competência das entidades executoras - Comissão Instaladora da Universidade do Minho e Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães.

Após várias diligências levadas a efeito por estas entidades, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães enviou ao Ministério das Obras Públicas a documentação que entendeu conveniente para requerer a declaração de utilidade pública e urgência de expropriação dos terrenos que uma comissão designada pela Comissão Instaladora da Universidade havia julgado mais adequados de entre as duas opções apresentadas pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães para as instalações provisórias dos cursos de Tecnologia.

O Ministério das Obras Públicas devolveu à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães a respectiva documentação, por intermédio da Assessoria Jurídica da Direcção Geral das Construções Escolares, pelos motivos indicados no ofício que se junta em anexo.

Daí que a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães tivesse remetido à Comissão Instaladora da Universidade do Minho o processo devolvido pelo M.O.P., a fim de lhe ser dado o necessário andamento.

Nestas condições, junto envio a V.Exa. o referido processo, para que pelo MEIC sejam tomadas as medidas que a urgência do caso requer.

Com os melhores cumprimentos,

O REITOR,



- Em anexo: 1 - Planta, em duplicado, da localização dos prédios a expropriar;
- 2 - Fotocópia do despacho nº 497, de 5.12.75;
 - 3 - Certidão da descrição dos prédios na Conservatória do Registo Predial;
 - 4 - Certidão da inscrição matricial;
 - 5 - Mapa de expropriações;
 - 6 - Fotocópia do ofício nº 115 da Assessoria Jurídica da Direcção-Geral das Construções Escolares;
 - 7 - Ofícios nºs 2979/S e 3023/S da C.A. da Câmara Municipal de Guimarães.